



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

14/11/2010

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	2
2.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	3
2.3. VARA CRIMINAL.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	5
3.2. DESEMBARGADORES.....	6
3.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	7
3.4. TRIBUNAL DO JÚRI.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	9
4.2. INSTITUCIONAL.....	10 - 13
4.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	14 - 16
5. JORNAL ITAQUI BACANGA	
5.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	17 - 20
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	21
6.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	22 - 23
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	24
7.2. OUVIDORIA.....	25
7.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	26 - 36
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	37
8.2. JULGAMENTOS.....	38
8.3. VARA CRIMINAL.....	39 - 40

PRÊMIO MASTER

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Froz Sobrinho, receberá menção honrosa do Sindicato da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA) por sua contribuição política institucional ao setor da construção civil. A homenagem será feita durante o "Prêmio Master da Construção Civil 2010", promovido pelo Sindicato, a ser realizado no dia 26 de novembro, durante o Salão Imobiliário do Maranhão, que acontecerá no Multicenter Sebrae.

O evento tem como objetivo reconhecer e estimular a excelência empresarial e profissional de toda a cadeia produtiva da construção civil no Maranhão, premiando o desempenho das empresas e dos profissionais que mais se destacaram no decorrer do ano.

Segundo o presidente do Sinduscon-MA, João Alberto Mata, o desembargador será homenageado pelo trabalho desempenhado na coordenação do Programa "Começar de Novo" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao proporcionar a inserção de pessoas no mercado de trabalho, principalmente no ramo da construção civil.



Novo prédio do juizado da Cohab será entregue terça

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, na Cohab, funcionará na próxima semana com instalações inteiramente reformadas. A proposta da obra, que será entregue às 9h da próxima terça-feira, 16, é oferecer conforto à comunidade e servidores e melhorar a prestação de serviços jurisdicionais. O presidente do Tribunal de Justiça e o corregedor-geral da Justiça, desembargadores Jamil Gedeon e Antonio Guerreiro Júnior, estão confirmando na solenidade.

Cerca de 5500 processos, entre físicos e virtuais, tramitam naquele juizado, que está instalado no Centro Social Urbano (CSU) da Cohab.

Durante os quase dois meses de obra - que incluíram a troca de divisórias, piso, forro e do madeirame

do telhado e pintura - o atendimento ao público e a advogados e audiências foram transferidas para o auditório do CSU.

O prédio está mais confortável e funcional e passa a dispor de recepção ampla e moderna, secretaria judicial, sala para conciliação, gabinete do juiz e arquivo.

Segundo o secretário judicial Sérgio Bernardo Caldas, com a reforma "o atendimento estava um pouco prejudicado, mas agora, com novas instalações, os trabalhos voltarão ao normal".

De acordo com juiz Cícero Dias de Sousa Filho, titular do Juizado da Cohab, as obras foram solicitadas há algum tempo. O juiz José Gonçalo de Sousa Filho, ex-coordenador dos Juizados Especiais, deu início à reforma, conti-

nuada com o apoio da juíza Francisca Galiza, atual coordenadora.

O 4º Juizado Especial foi instalado em dezembro de 1993. A unidade tem como áreas de abrangência as Cohab I, II, III, IV, o Cohatrac I, II, III, IV e parte do V, parte do Jardim Araçagy, Jardim Das Margaridas, Parque Aurora, Planalto Anil I, II e III, Conjunto Centauro e Forquilha (do lado esquerdo até o limite da estrada de Ribamar).

Audiências suspensas - Devido à implantação da nova rede elétrica, o Juizado Especial da Cohab transferiu as audiências marcadas para esta sexta-feira, 12, comunica a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza. As novas datas serão oportunamente informadas às partes.

Audiências noturnas prometem agilizar Conciliação em Pinheiro

Audiências noturnas - uma iniciativa inédita neste Estado - prometem agilizar o julgamento de processos em tramitação no Juizado Especial de Pinheiro durante a Semana da Conciliação. Caberá aos três magistrados da comarca presidir as 80 audiências agendadas de 18h às 22 horas.

A ação resulta de esforço conjunto dos juizes Anderson Sobral, diretor do Fórum da Comarca e titular da 1ª Vara, Júlio Prazeres, titular da 2ª Vara, e Alexandre Mesquita,

juiz substituto respondendo pelo Juizado. O evento do CNJ acontece de 29 de novembro a 3 de dezembro, em todo o país, e tem coordenação estadual da Corregedoria Geral da Justiça.

Outras 330 audiências relativas a processos da área Cível e 520 processos da área Criminal estão marcadas para o período diurno.

CONSUMIDOR - Segundo o juiz Alexandre Mesquita, as audiências noturnas dizem respeito, "em regra, a processos contra empresas. Procês-

sos de consumidor", diz.

A idéia é reduzir a demanda de processos na unidade jurisdicional. De acordo com Mesquita, 8.300 processos tramitam hoje no Juizado. Com a conciliação noturna, cerca de 10% deles devem ser julgados, acredita o magistrado. "População e advogados veem a iniciativa "com muitos bons olhos", diz o juiz.

Baiacu preso por sentença condenatória pela equipe da Delegacia de Roubos e Furtos



Alan Roberto Coelho, "O BAIACU"

Policiais da equipe de Investigações e Capturas da Delegacia de Roubos e Furtos - DRF, prenderam Alan Roberto Coelho, "O BAIACU", 33 anos, morador da Rua da Alegria, 30, Bairro Liberdade, em razão da expedição de Mandado de Prisão condenatório prolatado em 12.08.2010, pelo da Juiz da 9ª Vara Criminal da Capital, Dr. Luis Carlos Dutra dos Santos. O mesmo foi condenado por conta de vários crimes de roubos e formação de quadrilha, praticados contra : - Lojas Talentos Jeans, Curso Correção, loja Impacto móveis, Empresa ASP/Banco BMG, Empresa SISTEC Engenharia e um Escritório de Advocacia do São Francisco. Após o cumprimento do mandado o delegado Ronilson Moura fez o comunicado a justiça enquanto o referido BAIACU foi encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

PRÓXIMA SEMANA

Comarca de Balsas passa por correição

As três varas da Comarca de Balsas (região Sul, a 779 km da capital) passam por correição ordinária na próxima semana. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, indicou para coordenar os trabalhos os juízes auxiliares da Corregedoria José Jorge Figueiredo e José Nilo Ribeiro Filho. Eles fiscalizarão a comarca de terça a sexta-feira (16 a 19 de novembro).

Durante esse período não ficarão suspensos o atendimento às partes e advogados e nem os prazos proces-

suais, de forma a não comprometer os trabalhos da vara, observa portaria do corregedor.

Quinze dias após o término da tarefa os juízes corregedores devem elaborar relatórios circunstanciados, por vara, dos fatos constatados. Guerreiro Júnior autorizou correição em mais de 45 varas este ano - todas já concluídas. O que foi detectado e sugestões para a melhoria da prestação jurisdicional formam a base de relatórios dos juízes auxiliares.

Os documentos conclusos estão abertos a consultas nos sites do TJMA e

Corregedoria, link Acesso Rápido / Correições CGJ.

VICES

João Alberto participa da abertura do Encontro

O vice-governador João Alberto - representando o Poder Executivo do Maranhão, no Hotel Luzeiros, em São Luís, da abertura do V Colégio Permanente de Vice-Presidente de Tribunais de Justiça do Brasil. A solenidade foi presidida pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire. O encontro dos magistrados terminou ontem, sexta-feira, 12.

Durante o evento são realizadas diversas atividades, entre as quais as palestras "Depoimento sem dano", ministrada pelo juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Dal-

toé Cezar; "Ações da Corregedoria Nacional de Justiça", com o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto; e "Subsídios e Previdência Social" com o desembargador do TJ do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Rabello.

Presentes, também, da cerimônia de abertura, o presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon; a deputada estadual Eliziane Gama; o corregedor Geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Bartolomeu Bueno; o presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, desembargador Luiz Eduardo Rabello (membro vitalício do Tribunal de Justiça do Rio de

Janeiro); e do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto.

A desembargadora Cleonice Freire destacou, em seu discurso, a adoção de planos e programas para o aperfeiçoamento dos serviços em busca de uma maior eficiência. Da celeridade na prestação jurisdicional para atender aos crescentes anseios da sociedade e desejou a todos um bom encontro.

PINHEIRO

Audiências podem agilizar Conciliação

As audiências noturnas, que são uma iniciativa inédita neste Estado, prometem agilizar o julgamento de processos em tramitação no Juizado Especial de Pinheiro durante a Semana da Conciliação, que será realizada de 29 de novembro a 03 de dezembro deste ano. Caberá aos três magistrados da comarca presidir as 80 audiências agendadas de 18h às 22 horas.

A ação resulta de esforço conjunto dos juízes Anderson Sobral, diretor do Fórum da Comarca e titular da 1ª Vara, Júlio Prazeres, titular da 2ª Vara, e Alexandre Mesquita, juiz substituto respondendo pelo Juizado. O evento organizado pelo CNJ, em todo o país, tem coordenação estadual da Corregedoria Geral da Justiça.

Outras 330 audiências relativas a processos da área Cível e 520 processos da área Criminal estão marcadas para o período diurno. Consumidor - Segundo o juiz Alexandre Mesquita, as audiências noturnas dizem respeito, "em regra, a processos contra empresas. Processos de consumidor", diz.

A idéia é reduzir a demanda de processos na unidade jurisdicional. De acordo com Mesquita, 8.300 processos tramitam hoje no Juizado. Com a conciliação noturna, cerca de 10% deles devem ser julgados, acredita o magistrado. "População e advogados veem a iniciativa com muitos bons olhos", diz o juiz. Inaugurado em 27 de agosto, o Juizado Especial de Pinheiro iniciou atividades com 9000 processos.



juiz Alexandre Mesquita

JUSTIÇA

Acusado de matar locutor de vaquejada irá a Júri

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença da juíza Andréa Cysne Frotta Maia, que decidiu submeter Helton Monteiro da Silva a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular. O réu é acusado de ter matado o locutor Francisco R. Bezerra, em razão de uma discussão sobre a validade ou não da derrubada de um boi, durante vaquejada no povoado Palmas, município de Presidente Dutra, em 27 de outubro de 1996.

Bezerra trabalhava como locutor e julgador da vaquejada, quando foi morto com um tiro na cabeça. Segundo os autos, o acusado esteve foragido e acabou preso em janeiro de 2008.

Os desembargadores Maria dos Remédios Buna (relatora), Raimundo Nonato de Souza e Bernardo Rodrigues

votaram de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, pelo improvimento do recurso do acusado.

DEFESA - A defesa de Helton pretendia a anulação da sentença que decidiu submetê-lo ao Tribunal do Júri, ou a retirada das qualificadoras de "motivo fútil" e "à traição". Alegou ainda que não existe prova nos autos de que ele estava armado. Já o Ministério Público (MP) argumentou que os depoimentos constantes no processo apontam que a vítima estava em cima do palanque, quando foi atingida na cabeça, e que o disparo teria sido efetuado por trás, à traição. Acrescenta que, antes, o acusado teria feito ameaças ao locutor.

A juíza de 1º grau entendeu que a matéria deve ser resolvida pelo conselho de sen-

tença do júri popular, baseada no artigo 413 do Código de Processo Penal. Segundo a norma, o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

UM PONTO - De acordo com a denúncia do MP, o crime teria sido motivado pelo inconformismo de Helton com a decisão de Bezerra de não lhe ter dado um ponto por derrubar um boi. Para o competidor, o animal fora derrubado dentro da marca de pontuação, enquanto o julgador considerou ter sido fora.

Magistrados em disputa

As atenções do universo jurídico nacional estão voltadas, neste final de mês, para a disputa entre um maranhense e um paulista.

A disputa se fará por eleição, em que os juízes de todo o país vão escolher o presidente da poderosa Associação de Magistrados do Brasil.

O jovem e competente juiz maranhense Gervásio Santos enfrentará o veterano desembargador paulista Nelson Calandra.

O nosso conterrâneo tem amplas e reais possibilidades de ser o vitorioso no pleito.

Capitão Almir Pontes será homenageado com honrarias por instituições

Oficial receberá
homenagens no Pará e
em São Luís pelos
serviços relevantes

O capitão QOPM Almir Matos Pontes, ajudante de ordens da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), será homenageado pelos serviços relevantes prestados à sociedade brasileira. O oficial receberá homenagens da Justiça paraense, do Poder Legislativo do Maranhão e do Exército Brasileiro.

Como reconhecimento aos serviços prestados à Justiça paraense, o capitão receberá, no dia 4 de dezembro, a mais alta comenda do Poder Judiciário do Estado do Pará: a Medalha "Mérito Desembargador Hermano Rodrigues do Couto". A condecoração é destinada a premiar personalidades que tenham contribuído diretamente para o engrandecimento do Judiciário paraense.

O capitão Pontes também será homenageado pela Assembleia Legislativa do Maranhão. No dia 9 de dezembro, ele receberá a Medalha "Manoel Bequimão", que é a mais elevada honraria concedida pelo Legislativo estadual e visa homenagear aqueles que, com zelo e dedicação, exerceram o seu ofício.

Do Exército, o capitão receberá a mais importante comenda



Divulgação

Pontes: homenageado pelo TJ

do 24º Batalhão de Caçadores Duque de Caxias. A Medalha "Legionário Barão de Caxias" será conferida durante a comemoração do Dia da Bandeira Nacional, 19 deste mês, em solenidade realizada na corporação militar.

Judiciário - Almir Pontes recebeu, em 2007, a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozo, honraria outorgada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão,

Para Almir Pontes, as homenagens são fruto do reconhecimento pelo empenho e dedicação que sempre marcaram a sua trajetória. "É uma grande honra. Agradeço, primeiramente a Deus, aos magistrados, aos deputados estaduais e aos comandantes militares que confiaram a mim as missões realizadas", declarou o capitão.

Murad propõe mudanças na máquina pública

Política 3

Ricardo Murad, deputado estadual

“Devemos dar respostas aos anseios da população”

Campeão de votos nas eleições deste ano, o parlamentar defende medidas imediatas para garantir o cumprimento do programa de governo apresentado por Roseana

Waldirene de Oliveira
Editora de Política

Ainda em tratamento contra um quadro de fadiga muscular que o tirou de circulação desde a eleição do primeiro turno, o deputado estadual reeleito Ricardo Murad (PMDB), campeão de votos neste pleito, falou ontem com exclusividade a *O Estado* sobre o seu futuro político e a visão que tem sobre diversas questões referentes à próxima gestão da governadora Roseana Sarney.

O deputado defende uma adequação no projeto orçamentário do Estado para 2011, uma ampla reforma no secretariado estadual, a modernização da máquina pública, a realização de concurso público para substituição da mão-de-obra terceirizada nos órgãos estaduais e a valorização dos demais poderes, para viabilizar um processo amplo de desenvolvimento do Maranhão.

Apontado pelos próprios colegas de parlamento como favorito para a disputa pela Presidência da Assembleia Legislativa, Ricardo Murad ressalta que ainda não decidiu se será candidato e garante que, se for necessário, abrirá mão de qualquer cargo para contribuir para que Roseana faça o melhor governo da vida dela, como a governadora pregou na campanha eleitoral. Abaixo, a íntegra da entrevista:

O ESTADO - Como é que o senhor avalia os resultados das eleições no Maranhão?

Ricardo Murad - Tivemos uma vitória incontestável e completa no primeiro turno, elegendo a governadora, os dois senadores, 30 deputados estaduais e 12 federais, com uma esmagadora maioria dos votos em quase todos os municípios. Isso nos deixa com a obrigação de dar uma resposta eficiente aos anseios da população. O povo disse que quer um governo operante e ágil, que cumpra aquilo que está no programa de governo apresentado na campanha. Dissemos como vai ser a saúde e que a revolução na educação vai acontecer. É isso que tem que ser feito, a partir de 1º de janeiro.

O ESTADO - O projeto orçamentário que está prestes a ser votado pela Assembleia Legislativa está de acordo com esse programa de governo?

Ricardo Murad - Acho que a governadora deveria pedir de volta a proposta para fazer as adequações necessárias de forma a atender os investimentos anunciados no programa de governo para os próximos quatro anos, principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança, infra-estrutura e capacitação profissional para suprir a demanda por mão-de-obra qualificada que será absorvida pelos grandes empreendimentos que virão para o Maranhão. Isso tam-

bém poderia ser feito por meio de uma emenda modificativa ao Orçamento, a ser apresentada pela bancada do governo.

O ESTADO - Assegurados os recursos orçamentários, o senhor acha que seria necessária outra medida de impacto para viabilizar os investimentos anunciados pela governadora?

Ricardo Murad - A minha opinião é que a governadora deveria centralizar em algum órgão todos os recursos de investimento para que eles sejam efetivamente realizados. Temos que concluir o maior programa de saúde pública já iniciado neste país, temos que reformar o sistema de educação com escolas em tempo integral, capacitação de professores, melhoria de salários e distribuição de fardamento gratuito; construir estradas e as obras do quarto centenário de São Luís, além de muitas outras realizações planejadas por Roseana. Esse órgão poderia ser a Casa Civil, como o presidente Lula fez com a



Ricardo Murad diz que ainda é cedo para decidir se disputará a presidência da Assembleia Legislativa

“

Estou disposto a abrir mão de qualquer cargo para ajudar Roseana a fazer o melhor governo da vida dela”

Ricardo Murad,
deputado estadual

Dilma (Rousseff), e aí se esteleceria as diretrizes do que seria feito a cada ano e todo o governo trabalhar para concretizar o que for decidido pela governadora. Entendo que é preciso priorizar tudo o que foi prometido na campanha.

O ESTADO - A governadora está estudando mudanças na equipe de governo. Elas são necessárias?

Ricardo Murad - Eu entendo que é preciso uma reforma radical e imediata no secretariado. Secretário tem que ser experiente, competente, alinhado politicamente, mas não necessariamente imposto por um partido. Precisa transitar bem, ser identificado com o programa de governo. Não pode ser um corpo estranho. E a governadora não precisa esperar até janeiro para fazer as mudanças que julgar necessárias.

O ESTADO - Seria preciso mexer também na estrutura do governo?

Ricardo Murad - É urgente a modernização da administração estadual. No atual modelo, é muito difícil ter a agilidade necessária para dar conta desse gigantismo, que é o nosso compromisso com o povo maranhense para os próximos quatro anos. Precisamos saber qual é a atual estrutura, qual o quadro efetivo de que ela precisa para essa mudança que a governadora pretende promover. É fundamental priorizar a Educação, a Casa Civil e o Planejamento, assim como defendo a criação de uma secretaria de gestão estratégica da região metropolitana, que alcance também os municípios da área de abrangência da refinaria da Petrobras. Haverá uma revolução nesses municípios em pouco tempo, com to-

dos os investimentos previstos, e o governo precisa estar estruturado para atender às demandas que virão. Por isso vejo a necessidade de um órgão específico para cuidar dessa área. Assim como é preciso desmembrar a pasta da Segurança e criar uma secretaria para tratar exclusivamente da administração penitenciária.

O ESTADO - Essa reforma atingiria a contratação de funcionários?

Ricardo Murad - Essa crônica terceirização de pessoal compromete a eficiência dos serviços públicos. Não haverá revolução na saúde, na educação, na segurança ou em qualquer outra área do governo se não mudar essa forma de contratar funcionários. Tem que haver concurso público imediato para todas as carreiras de Estado. E o que for melhor terceirizar, que seja feito de forma transparente, também por meio de concorrência pública.

O ESTADO - E a eleição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. O senhor será candidato a presidente?

Ricardo Murad - Ainda é cedo para tomar essa decisão. A Assembléia saberá, no momento oportuno, escolher seu presidente. Lógico que deverá ser um nome afinado com o governo. A minha pretensão é ajudar Roseana a fazer o melhor governo da vida dela, em qualquer lugar. A única coisa que desejo é que ela faça um excelente governo, e para isso estou disposto a abrir mão de qualquer cargo.

O ESTADO - Por falar em Assembléia, o senhor tem defendido uma nova postura também do Legislativo...

Ricardo Murad - As emendas parlamentares são uma conquista que não se discute mais, os deputados devem dispor desses recursos para atender às necessidades dos municípios. O Legislativo tem que ser forte, com suas comissões funcionando permanentemente. Dentro desse grande projeto de desenvolvimento do Maranhão, é preciso incluir o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, para assegurar que recebam os investimentos necessários e possam desenvolver, em todo o estado, o papel que a sociedade espera deles.

O ESTADO - Os partidos aliados têm contribuído para a estruturação desse novo governo?

Ricardo Murad - O governo tem que ouvir as pretensões dos aliados. Ouvir não é atender ou acatar, mas é preciso que

o governo ouça não somente as indicações de nomes, mas também as idéias, as propostas, a visão dos aliados sobre seu programa. Os partidos têm seus quadros, suas opiniões, então é necessário ouvi-los. Isso é fundamental para uma boa estabilidade política. Mas nenhum partido tem que ter a posse de nenhuma secretaria, principalmente das pastas-chave do governo. Então, Educação não é do PT nem do PMDB, a Saúde não é do PMDB ou do PT, assim como a Segurança e a Infra-Estrutura. Precisam ser comandadas por pessoas afinadas com o grupo político que venceu as eleições, mas não podem pertencer a partidos. Deve-se buscar o melhor técnico ou melhor político para gerenciá-las, pois acho que os políticos também devem ser parte do governo. Mas as secretarias não devem ficar sujeitas tão somente à indicação partidária.

O ESTADO - E a parceria com os municípios?

Ricardo Murad - Ela deve ser aprofundada, mas com os prefeitos que tenham a responsabilidade de dar a sua contrapartida, em todas as áreas, de garantir a correta aplicação dos recursos repassados e o efetivo funcionamento dos serviços públicos. Esse novo relacionamento Governo/Prefeitura precisa ser estabelecido. Defendo também um acordo especial com a Prefeitura de São Luís, onde tivemos votação consagrada, independente do que representa o PSDB, do prefeito Castelo. Pela confiança que a população depositou na proposta da governadora, na nossa bancada, nós temos que ter uma parceria institucional com a Prefeitura de São Luís, para somar esforços e fazer com que as coisas aconteçam aqui.

“

Não haverá revolução em qualquer área do governo se não mudar a forma de contratação de servidores”

Ricardo Murad,
deputado estadual

Reflexões sobre a política criminal brasileira

ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO

A rebelião ocorrida em Pedrinhas na última semana coloca em foco a crise do sistema punitivo pátrio. Nos termos da legislação vigente, ao efetivar as disposições de uma sentença ou decisão criminal, ao lado de coibir a prática de um novo crime, o sistema de aplicação das penas no Brasil tem como finalidade orientar o retorno daquele que cumpre pena privativa de liberdade ou medida de segurança ao convívio social.

Quando se fala do sistema penitenciário, ecoam problemas estruturais históricos: superpopulação carcerária, abandono material, psicológico, educacional, médico, jurídico, dentre outros.

Ocorre que a experiência prisional do condenado é a única forma que ele tem de expressar sua personalidade. Se essa experiência é negativa, ela será manifestada de maneira negativa. A condição de criminoso não lhe retira a qualidade de ser humano e, por mais primitivo que seja, como ser humano deve ser tratado.

Dá se extrai, do sistema, sua primeira incongruência. A pena privativa de liberdade não tem cumprido o seu papel ressocializador, isso porque a política criminal, embora atribua à pena a função de ressocialização, não tem oferecido ao sistema meios para atingir a ressocialização.

Ao ser abandonada à própria sorte pela política criminal, a pena de prisão não tem conseguido cumprir a finalidade para qual foi criada, qual seja, a de fazer retornar à convivência social o condenado arrependido e recuperado.

A repressão, sozinha, não tem sido capaz de combater a criminalidade. Não tem sido capaz de impedir a reincidência. Também não tem sido capaz de reinserir o apenado no contexto social. Em séculos de política criminal exclusivamente repressora, não se conseguiu reduzir a quantidade de delitos cometidos.

A despeito de tal constatação, o Brasil ocupa a quarta colocação entre os países com maior número de pessoas recolhidas ao cárcere. São quase meio milhão de homens e mulheres detidos. Nos últimos nove anos, a população carcerária feminina quase triplicou.

O grande desafio da política criminal brasileira é firmar-se como política social, isso porque a ausência de mecanismos eficazes de reinserção promoverá, fatalmente, o retorno do indivíduo à criminalidade.

Desde a década de 90, a Organização das Nações Unidas, visando à implementação de soluções alternativas à prisão, recomenda a aplicação do documento que ficou conhecido como "Regras de Tóquio", que preceitua a promoção das medidas restritivas de direito em detrimento das penas privativas de liberdade.

São objetivos das "Regras de Tóquio": promover o emprego de medidas não-privativas de liberdade; obedecer as garantias mínimas ao cidadão apenado; promover uma maior participação da comunidade na administração da Justiça Penal; promover uma maior participação da comunidade no tratamento do detento; estimular entre os apenados o senso de responsabilidade em relação à sociedade.

Nota-se que o ideário contido nas "Regras de Tóquio" volta-se tanto à ressocialização do criminoso quanto à proteção da sociedade durante o processo ressocializante.

Naturalmente que quando se fala em apostar nos meios alternativos à prisão, desde a fase anterior ao julgamento, de forma a evitar, inclusive, prisões preventivas desnecessárias, não significa abrir mão de políticas repressivas, mas de reservar a pena privativa de liberdade aos casos mais graves.

As "Regras de Tóquio" também apontam para a necessidade de se investir, continuamente, na qualidade do tratamento dispensado aos apenados pelos profissionais que atuam dentro do sistema.

A descentralização do cumprimento da pena também é providência que favorece a reinserção social do apenado. Além de proporcionar que a reparação do dano se dê no local onde o mesmo ocorreu, mantém íntegros os vínculos do agressor com seus familiares e com sua comunidade, facilitando o retorno à convivência em sociedade.

A recuperação do apenado depende do empenho do Estado, das instituições públicas, dos meios de comunicação social e da própria sociedade.

A adoção preferencial de medidas despenalizantes e descarceiradoras, a construção de unidades prisionais regionalizadas, a garantia de condições mínimas de sobrevivência no cárcere, que assegure ao custodiado o elementar direito à saúde, o estímulo ao trabalho e à qualificação técnica, a criação de creches nas unidades, o fomento a atividades artísticas e socioeducativas, a criação de postos de trabalho e incentivos fiscais a egressos do sistema prisional, a participação da sociedade através de seus conselhos comunitários, a garantia do direito à assistência jurídica gratuita prestada por defensores públicos àqueles que não dispõem de recursos são alguns dos caminhos necessários à reformulação do atual sistema punitivo brasileiro.

.....
Defensor público
geral do Maranhão



Banho de sangue na maior rebelião do estado

28 horas de puro medo, tensão e mortes. Estamos falando da maior rebelião já realizada no complexo penitenciário de Pedrinhas, um dos mais violentos e sangrentos da história carcerária do país, onde 18 detentos foram mortos com requintes de crueldade recebendo cerca de 60 chufadas cada um. 4 tiveram suas cabeças arrancadas e outros sofreram mutilações pelo corpo, em meio

a ira descontrolada de seus rivais. 15 foram assassinados no presídio São Luis e outras três mortes ocorreram na Penitenciária de Pedrinhas. Ao todo, sete pessoas foram feitas reféns dos presos que reivindicavam agilidade nos processos; solução para a falta d'água; transferência para seus locais de origem; visita dos familiares nas celas e na quadra por causa do sol; e a exoneração do diretor do Presídio São Luis, Henrique Sena de Freitas. O motim que expôs a fragilidade do sistema penitenciário maranhense e a falta de investimentos do governo na área de segurança, só findou com a chegada do pastor carioca Marcos Pereira, que assumiu as negociações e conseguiu a libertação dos reféns, a entrega das armas e a rendição dos rebelados.

Polícia 10 e 11



UM DIA PARA NÃO SER ESQUECIDO

Rebelião mais sangrenta do Maranhão termina com 18 mortos

Após quase 30 horas de tensão, medo e morte, a população recebia na última terça a notícia do fim da rebelião no complexo penitenciário de Pedrinhas. O motim é o mais violento da capital maranhense - e um dos sangrentos da história carcerária do país, e teve requintes de barbárie: detentos arrancaram cabeças e mutilaram corpos de seu rivais. No total, 18 presos foram mortos por seus inimigos. Desses, 15 foram assassinados no presídio São Luís - que é considerado de segurança máxima e abrigava 204 internos. Outras três mortes ocorreram na Penitenciária de Pedrinhas, localizada ao lado do presídio, onde houve também uma tentativa de rebelião, rapidamente controlada pela tropa de choque da PM. Ao final da revolta nos dois presídios, considerada a maior já ocorrida no estado, os cinco reféns - monitores da empresa terceirizada de segurança Auxílio - que eram mantidos pelos detentos rebelados foram libertados sem ferimentos. Na segunda-

feira, primeiro dia do motim, os presos haviam entregue nove corpos de rivais em troca de alimentos. Também na segunda, três cabeças de detentos foram atiradas aos negociadores. Ao todo, quatro presos foram decapitados pelos amotinados.

O que queriam os presos

Durante a rebelião, os presos reivindicaram que não houvesse retaliação (castigo) aos detentos; agilidade nos processos; solução para a falta d'água; transferência dos presos de Imperatriz e da Baixada para seus locais de origem, onde moram os familiares (também devido à rivalidade); que a visita dos familiares não fosse feita mais na quadra e sim nas celas por causa do sol; e a exoneração do diretor do Presídio São Luís, Henrique Sena de Freitas. Foram apontados como líderes da rebelião os presos Rony Lopes da Silva, o "Rony Boy"; Marinaldo Assunção Roxo ("Serequinha"); e Nilson da Silva Sousa ("Diferente").

Pastor encerra motim

No segundo dia do motim, os rebelados exigiram como condição para pôr fim à rebelião, a presença do pastor carioca Marcos Pereira, de 54 anos, da Igreja Assembléia de Deus dos Últimos Dias, que foi na verdade, que deu fim à sangrenta rebelião. Ele entrou na penitenciária por volta das 10:00h da manhã, e menos de meia hora depois conseguiu a libertação de dois reféns, os monitores Ivo Wagner Mesquita Melo e Manoel da Costa de Jesus Filho. Pouco mais de uma hora depois, ele tirou das mãos dos detentos os três últimos reféns, Carlos Primo Vilar de Araújo, Daniel Pereira



Mortos receberam mais de 60 'chuçadas' cada um.

Rodrigues e José Wilter da Conceição Costa. Um agente penitenciário, Raimundo de Jesus Coelho – foi baleado no primeiro dia da revolta. Ele está internado no Hospital São Domingos, em São Luís, e corre risco de ficar paraplégico, já que foi alvejado por dois tiros, um nas costas e outro na perna.

Com o fim da rebelião, policiais militares, com o apoio do Grupo Tático Aéreo (GTA), entraram nos dois presídios, iniciando os procedimentos de revista e recontagem dos presos. Três armas de fogo foram apreendidas – dois revólveres calibre 38 e um calibre 32 – além de várias armas brancas artesanais.

Segundo o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, César Bombeiro, as lideranças da categoria já haviam prevenido o sistema de segurança de que essa situação poderia acontecer, mas não teriam sido ouvidos.

Já o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado (Sinpol-MA), Amon Jessen, criticou o governo estadual por contratar uma empresa cearense – a Auxílio – para monitorar os detentos. Jessen afirmou que a situação de rebelião com reféns ocorreu porque os monitores contratados não são aptos para o exercício da função.

Cabeça foi costurada em outro corpo

Terminada a rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, familiares angustiados aglomeravam-se, no Instituto Médico Legal (IML), tentando descobrir se parentes ou conhecidos estariam entre os 18 mortos no motim. Diante do elevado número de corpos, o processo de identificação, desde a noite da segunda-feira, seguiu lento e as reclamações na porta do órgão foram inevitáveis.

Vânia Abreu Miranda, 25 anos, mulher de Réris Ângelo Santos Silva, o “Banzo”, que foi decapitado, contou que chegou ao IML na noite da segunda-feira, mas só conseguiu identificar seu marido no



Corpos amontoados em sala do presídio São Luis

dia seguinte, uma vez que ele teve sua cabeça costurada no corpo de outro detento, que também foi degolado.

“Vim aqui fazer o reconhecimento, e descobri que a cabeça de meu marido foi costurada em outro corpo”. Ela conseguiu reconhecer o corpo devido a algumas tatuagens e uma pulseira. A cabeça do homem que estava no corpo do Banzo teve que ser descosturada para a tro-

ca correta, isso tudo é muito cruel”, afirmou.

Mortos receberam mais de 60 ‘chuçadas’ cada um.

Todos os 18 detentos mortos na recente rebelião em Pedrinhas foram assassinados a golpes de “chuço” (arma branca artesanal), disse o diretor do Instituto Médico Legal (IML), Vanderley Sousa. O corpo que teve menos perfurações levou 60 “chuçadas”, disse Sousa.



O motim é o mais violento da capital maranhense - e um dos sangrentos da história carcerária do país



Detentos arrancaram cabeças e mutilaram corpos de seus rivais

Mortos no Presídio São Luis:

Milson Silva de Carvalho (Spaik);
Eromar Sousa Ferreira;
Regis Ângelo Santos Silva (Banjo);
José Ricardo Vieira Pereira;
Cleiton Costa Soares (Quequê);
José Isaquiel Barbosa de Miranda;
José Antônio Ribeiro (Bigode);
José Ribamar dos Anjos Filho (Dragão);
José Francisco de Souza (Chiquinho);
Getúlio Vieira da Conceição Filho (Pará);
Joabson Antônio de França;
José de Ribamar Nascimento Sousa (Coração de Leão);
Marcos Antonio Nascimento de Jesus (Chapadinha);
Ramon dos Santos Cruz;
Raimundo Nonato Silva (Gury);

Mortos da Penitenciária de Pedrinhas:

Romuel Antônio Sousa Santos (Bruce Lee);
Francisco Welligton Pinto da Silva (Cagão);
Eriedson de Jesus Santos (Gaguinho);

Novas Viaturas

Foram entregues nesta quinta-feira, 11, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, ao juiz José Eulálio Almeida, dois veículos para serem utilizados no serviço móvel do Juizado Especial de Trânsito de São Luís, que estava parado há cerca de quatro anos e foi retomado. Estavam presentes na solenidade os desembargadores Cleonice Freire (vice-presidente), José Joaquim Figueiredo dos Anjos, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral; os juizes Kléber Carvalho, representando o Corregedor Geral de Justiça desembargador Guerreiro Júnior; Francisca Galiza, coordenadora dos juizados especiais e Maria do Socorro Carneiro, membro do conselho supervisor dos juizados.



REVELADO OS LÍDERES DA MAIOR REBELIÃO NO MA

Os três líderes da rebelião possuem longa lista de crimes e infrações

Marinaldo Assunção Roxo (Cerequinha), Nilson da Silva Sousa (Diferente) e Rone Lopes da Silva (Rony Boy) foram transferidos com mais outros 17 presos na terça-feira para o presídio de segurança máxima de Mato Grosso Sul. **(Página 09)**



Bombeiros recolhem cabeças jogadas pelos rebelados



Presídio de segurança máxima de Mato Grosso Sul

Revelados os três cabeças da maior rebelião do MA

Os três líderes da rebelião possuem longa lista de crimes e infrações

Os três líderes da rebelião deflagrada nesta semana no Complexo de Pedrinhas possuem longa lista de crimes e infrações. São homicidas, assaltantes e estupradores com histórico de várias fugas e arruaças. E todos de comarcas do interior - nenhum é da capital.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, são eles: Marinaldo Assunção Roxo

(Cerequinha), Nilson da Silva Sousa (Diferente) e Rone Lopes da Silva (Rony Boy). Os três foram transferidos com mais outros 17 presos na terça-feira para o presídio de segurança máxima de Mato Grosso Sul. Eles responderão na Justiça por homicídio duplamente qualificado, já que coordenaram as 18 mortes resultantes da rebelião.

Mais dez detentos deveri-

am ser transferidos até ontem para o presídio de segurança máxima. No entanto, segundo a Secretaria, os presos ainda aguardam confirmação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para serem transferidos.

Encontro de Vice-Presidentes do TJMA

Aconteceu em São Luís nos dias 11 e 12 de novembro, o V Encontro de Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Na programação, a presença do desembargador do TJRJ, Luiz Eduardo Rabello, presidente da Associação Nacional de Desembargadores – ANDES, juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre(RS), José Antonio Daltoé Cezar, o do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto, como palestrantes.



Desembargadora Cleonice Freire (vice-presidente), Ministro Gilmar Mendes, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, o Ouvidor-Geral do TJ, desembargador José Bernardo e o juiz auxiliar da Corregedoria, Kléber Carvalho (atrás), na solenidade de inauguração da Ouvidoria do Poder Judiciário, instalada na Casa de Justiça e Cidadania, no térreo do Shopping Jaracati, ao lado do Viva Cidadão. O serviço passa a funcionar das 8 às 18h.

Os desafios de enfrentar o banditismo

Democracia tem implicações sociais que muitas vezes passam despercebidas pela sociedade em geral. Uma delas é a proteção, que o regime de liberdade plena tem a obrigação de oferecer ao cidadão, como direito fundamental. A segurança pública é uma das garantias dos direitos individuais. É com essa garantia que o cidadão pode exercer a cidadania. Porém, olhando-se o flagelo que passou a conviver com cada pessoa, percebe-se que o poder público está longe de colocar esses princípios a serviço da paz social.

Os crimes bárbaros ocorridos recentemente no interior do sistema carcerário de São Luís e, em seguida, também em Manaus, mostram que as autoridades federais e estaduais têm o enorme desafio pela frente. O maior deles é combater o crime organizado que, teoricamente, teria raízes na pobreza e na acumulada ausência do estado brasileiro perante suas obrigações para com o cidadão. É difícil imaginar a implantação de políticas de segurança pública, sem o reforço nos programas sociais, na qualificação profissional dos jovens das periferias e investimentos pesados na Educação, especialmente no ensino fundamental e médio. Reconhece-se que avanços já ocorreram nessas áreas, mas de forma insuficiente para impedir que a criminalidade avance sobre as comunidades mais desassistidas, abrindo o descompasso entre a segurança e o bem-estar do cidadão.

Na recente campanha presidencial e estadual, o tema segurança pública entrou como prioridade nas duas esferas de governo. Até um ministério de segurança foi anunciado pelo candidato tucano José Serra. Quanto a presidente eleita, Dilma Rousseff não se sabe se apostaria numa ideia semelhante. Mas certamente, ela não terá outra opção. Diante da realidade explosiva em cada ponto do país, tendo como patrocinadoras organizações criminosas, tornam-se inadiáveis medidas de impacto no setor de segurança, principalmente, reforçando os planos existentes de combate ao banditismo, de combate à corrupção e aplicação da lei com todo rigor e, por outro lado, na qualificação do ensino público.

A governadora Roseana Sarney está na fase de montagem de seu governo para o próximo mandato. Há uma exigência de que a Segurança Pública ganhe reforço nos efetivos, qualificação profissional e integração das ações com as polícias federais. O caso do imbróglio envolvendo índios guajajaras é exemplo de como em determinadas situações nem a União nem o estado podem fazer tudo só. Diante de tantos impasses quanto a esfera de competência sobre a questão, quem ficou à mercê de malocas de índios revoltados foram os usuários de uma rodovia federal (BR-326), que nada têm a ver com as deficiências do poder público para com as encrocadas comunidades silvícolas. É engano imaginar-se que segurança pública é correr atrás de criminosos e encarcerá-los em prisões imundas e completamente vulneráveis às ações de comandos externos, como admite o secretário Aloísio Mendes. A criminalidade não nasce e prospera ao vento. Suas raízes qualquer governante conhece. Basta querer e dar atenção especial às fontes geradoras de violência e agir com determinação. Da mesma forma, como precisa de pulso forte no combate aos grupos e às práticas de banditismo, sempre desafiadoras e cruéis.

Para o enfrentamento da violência têm que se unir o Executivo, o Judiciário, o Legislativo, Ministério Público e a sociedade pelos seus organismos de representação. O próprio Código Penal já caducou. Em dezembro próximo vai completar 70 anos, idade obrigatória para um magistrado se aposentar. Propostas e mais propostas disputam no Congresso Nacional a chance de mudar a velha lei. Até a redução da idade penal não consegue avançar, embora a faixa dos 18 anos e menos seja uma das que mais crescem no submundo do crime no Brasil. Mudar tudo isso é possível, mas é preciso ir muito além. É uma guerra social que exige combate e inteligência.

Nossa visão
opiniao@oimparcial.com.br

NEISSON MOREIRA OLIVEIRA A PRESS

ELES JÁ SABIAM

"Fica ligado. Pode acontecer a qualquer hora"



Este era o alerta que os carcereiros passavam entre si durante as trocas de plantão no Presídio São Luís

PÁGINAS 11 E 12

A. BAETA OLIVEIRA A PRESS

"Seu Jorge" começou rebelião

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, Jorge Henrique Rabelo Pereira, funcionário do sistema penitenciário, foi quem entregou as armas e aparelhos celulares aos detentos envolvidos na rebelião do último dia 6, no Presídio São Luís. PÁGINAS

ENTREVISTA // ROBERTO DE PAULA

Magistrado defende municipalização de carceragens

O início da rebelião

Funcionário é apontado como fornecedor das armas para início do motim que vitimou 18 pessoas no Presídio São Luís



SANDRA VIANA

Um funcionário público que serve ao sistema penitenciário foi quem entregou as armas e aparelhos celular aos detentos envolvidos na rebelião do dia 6. Jorge Henrique Rabelo Pereira, conhecido como Seu Jorge e funcionário do administrativo da Segurança, foi preso ontem, por volta do meio dia. A partir de provas testemunhais e documentais, a polícia constatou o envolvimento do servidor na rebelião e pediu um mandado de prisão temporária, imediatamente concedido pelo juiz plantonista José de Ribamar Goulart Heluy Junior. Segundo o secretário Aluísio Mendes, sem essa facilitação a rebelião não teria ocorrido. O servidor está detido na sede da Secre-

taria de Segurança, mas hoje seria transferido a uma delegacia de Polícia Civil, não informado durante a coletiva. Apesar de identificar o servidor, ele não foi apresentado durante a coletiva, segundo o secretário, por se tratar de sigilosa a investigação.

O caso está sob investigação da delegada Regina de França-Barros, do 12º Distrito, em Pedrinhas. Ao ser questionada sobre as provas que levaram à prisão do servidor, sobre onde ele foi detido e em qual órgão está lotado, a delegada usou a justificativa do secretário: sigilo das informações. Segundo ela, os trabalhos estão no início e o acusado ainda passará por interrogatório. Mas, o secretário adiantou que há provas do envolvimento de mais pessoas de fora do sistema.

Jorge Henrique entregou aos detentos duas armas, pelas quais teria recebido R\$ 2 mil. Por aparelho celular ganhava R\$ 300, mas o secretário não soube precisar quantos teriam entrado no presídio. Não foi informado quando as armas e os celulares chegaram aos detentos. O secretário não descarta a participação de agentes penitenciários, mas, segundo ele, ainda não há informações confirmadas a respeito. A Segurança acredita que, assim como o apoio em armamento, o planejamento da rebelião tenha partido de fora do sistema. Jorge Henrique ficará preso pelos próximos 30 dias

até que as investigações sejam concluídas. Será investigado ainda as causas reais da rebelião, assim que todos os envolvidos forem identificados. "Não acreditamos que apenas a falta de água justificaria a crueldade que foi cometida ali. Por isso, vamos investigar e todos os culpados responderão por sua ação", garantiu o secretário Aluísio Mendes.

Outros detentos envolvidos na rebelião devem ser enviados a presídios federais, a exemplo dos oito que foram transferidos para a prisão de Campo Grande (MT), na última quarta-feira. Segundo o secretário, o estado recebeu 20 vagas, destas, 10 já foram utilizadas. E como reforço em caso de nova emergência, mais 10 vagas estão à disposição do estado, disse o secretário. "Provavelmente mais detentos serão transferidos, mas esta-

A. BAETA



SECRETÁRIO ALUÍSIO MENDES (SEGURANÇA) ANUNCIOU PRISÃO DE SERVIDOR ACUSADO

mos avaliando”, disse Mendes. Após a rebelião, o sistema firmou uma nova ordem. O detento envolvido em mortes e crimes bárbaros dentro do presídio serão imediatamente enviados a presídios federais, “para não incentivar atitudes violentas nos demais presos”. Antes, explicou o secretário, havia um espírito de impunidade e o preso cometia crimes hediondos na detenção e nada lhe acontecia.

Estiveram presentes à coletiva o secretário de Segurança Aluísio Mendes, o superintendente de Polícia Civil da capital Sebastião Uchôa, o superintendente de Polícia Civil do interior Jair Paiva, o delegado geral de Polícia Civil Nordman Ribeiro e a delegada do 12º Regina Barros. Além do caso da rebelião

do Presídio São Luís, as autoridades revelaram a prisão de acusados a assaltos roubo a banco no interior do estado e novidades sobre o caso dos índios Guajajaras, que por seis dias interditaram a BR 226 no trecho entre Grajaú e Barra do Corda.

Mais prisões

Durante a coletiva, foi apresentado José Carlos Sales da Rocha, vulgo “Hulk”, 40 anos, natural de Grajaú. Ele foi preso no Pará e é acusado de vários assaltos a banco no interior do estado, formação de quadrilha e porte ilegal de armas de uso restrito das Forças Armadas - fuzis, carabinas e pistolas. Hulk foi detido no povoado Palmares, Tailândia, no Pará (PA), onde estava escondido há dois anos. Segundo as investigações, Hulk

participou diretamente do assalto ao Banco do Brasil, em Colinas, dia 25 de outubro deste ano. Do assalto participaram 10 integrantes armados com três fuzis, seis pistolas e três carabinas calibre 12. Na ação, o grupo roubou R\$ 2.100 milhões. Hulk é suspeito de roubo a carro forte em 2008 entre Presidente Dutra e Barra do Corda; roubo ao Banco do Brasil de Nova Mutum (MT); e roubo ao Banco do Brasil de Mirador (MA).

Em Dom Eliseu (PA), no Km 19, interceptou dois veículos, sendo um Ford Fiesta, de cor preta, placa NSI 2440/PA, e um Honda Civic LX, de cor dourada, placa HPO 4691/MA. Com eles foram apreendidos duas armas e 58 munições calibre 12. Quatro homens foram identificados como membros da quadrilha:

Valdimar dos Santos Cavalcante, de Santa Quitéria-MA, havia sido candidato a vereador do município; Renan Araújo do Nascimento, de Marabá-PA, que já havia sido preso em Açailândia e estava livre a poucos dias; Francisco Lima Sales, de Davinópolis-MA, morando em Imperatriz; e Fábio Ribeiro dos Santos, de Açailândia-MA, morando e Itinga-MA.

Envolvidos no assalto à agência do Banco do Brasil de Buriticupu, na última segunda-feira, também foram identificados. No povoado Brejinho, após troca de tiros, foi morto Antonio Carlos, o "Irosa", apontado como líder da quadrilha, acabou morto. A polícia recuperou R\$ 3.100, uma espingarda calibre 12 com a numeração raspada e três cartuchos intactos. Contra "Irosa" havia mandado de prisão por assalto a ônibus em Santa Inês. Mas, ele era conhecido na região por assaltos em Santa Luzia, Ara-

me, Santa Inês e Buriticupu. Foi preso ainda Francisco, vulgo "Francion", que confessou a participação no assalto e entregou o paradeiro dos demais. Policiais continuam as buscas com o apoio do Grupo Tático Aéreo (GTA) para prender o restante do bando.

No que refere à interdição da BR 226, pelos índios Guajajaras da reserva Canabrava, a superintendência de Polícia Civil do Interior informou ter conhecimento dos índios e brancos envolvidos e o apoio dos caciques para identifica-los. Há 49 mandados de prisão contra índios e brancos acusados de roubos, agressões a *caminhoneiros*, *estupros* e tráfico de drogas na área da reserva, entre Grajaú e Barra do Corda. "Acreditamos haver mais suspeitos dadas as denúncias, mas não há registros nas delegacias o que nos impossibilita de agir", disse o delegado Jair Paiva.

A rebelião vista de dentro

Já no início do motim em Pedrinhas, 14 detentos estariam marcados para morrer. Pelo menos dois celulares ainda estão com os presos



RONALD ROBSON

A rebelião no Presídio São Luís, que de segunda a terça-feira fez 18 vítimas, ostentou algum requinte de organização. Já no fim da manhã do primeiro dia, os negociadores que tratavam com os rebelados da ala prisional (um prédio anexo ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas) foram informados: seriam 14 mortos. A lista dos condenados à morte – à qual acabou se somando mais um, além dos três assassinados em

outras dependências de Pedrinhas – estava previamente feita, assim como um mês antes já circulava entre os agentes carcerários informações sobre a iminência do motim. O possível meio de articulação: cerca de 20 celulares apreendidos entre os apenados na segunda quinzena de outubro. Terminada a rebelião, pelo menos até quinta-feira ainda circulavam entre os detentos no mínimo dois celulares, os quais, utilizados durante a insurgência, não foram encontrados quando feita a revista.

Todo agente carcerário tem, em Pedrinhas, o seu informante pessoal entre os detentos, o qual geralmente encena – frente aos outros presos – ser seu inimigo. Informados por suas fontes sobre o motim, os agentes punham-se em alerta. “Fica ligado. Pode acontecer a qualquer hora”, diziam os carcerários entre si durante as trocas de plantão. Já se ouvia falar das armas de fogo que teriam entrado no presídio (de fato, havia duas). O plano era que um detento deflagrasse a rebelião neutralizando um agente do lado de fora da cela.

Foi o que, às 9h20 da segunda-feira, Marinaldo Assunção Roxo, o “Cerequinha”, fez: tomou a arma calibre 38 do agente Raimundo de Jesus Coelho, o Dico, e o baleou duas vezes.

De frente para a cela, um monitor respondeu de imediato. Todavia, armado com pistola de calibre 12, e ainda com munição não letal, não teve outra opção senão recuar. Dali se desenrolaria tiroteio de aproximadamente 20 minutos. Por muito pouco, um segundo agente não foi baleado: entre sua cabeça e o projétil, havia apenas uma espécie de toldo de acrílico. A sustentação dessa estrutura foi o que lhe salvou a vida. “Demorei um pouco para assimilar o que tinha acontecido. Só vi aquele volume vindo em direção ao meu rosto. Só depois percebi, bem no meio, o ponto de impacto da bala. Foi o Cerequinha quem deu o tiro”, narra o agente penitenciário.

Não é à toa que o deflagrador da



DETENTOS TOMARAM POSSE DO PRESÍDIO SÃO LUÍS E PROMOVERAM CARNIFICINA EM QUE NÚMERO DE MORTES JÁ ESTAVA PREVIAMENTE PROGRAMADO



PLANO DE REBELIÃO JÁ CIRCULAVA INTERNAMENTE NO...

rebelião tenha sido o homicida “Cerequinha”: se havia alguém pronto a fazer a pior das desgraças irrefletidamente, era ele. Agora transferido para presídio federal do Mato Grosso do Sul (MS), “Cerequinha” não tinha amigos em Pedrinhas. Não gostava de banho de sol. Arredio, vivia sempre só. Era temido por seus próprios colegas de detenção. Não podia ser posto no Pavilhão A: ou mataria ou seria morto. Idem, se posto no Pavilhão B. Restara a opção de alojá-lo no prédio anexo, onde, embora não gozasse de amizades, não chegava a cultivar grandes inimizades. É quase consenso, todavia, a impossibilidade de ter sido ele o

mentor da rebelião. “O Cerequinha não pode ter sido cabeça de nada simplesmente porque ele não tem cabeça. Ele só quer fazer e acontecer”, disse alguém que o conheceu.

Daí que, entre os que se mostraram à frente do massacre, a maior parte das articulações tenha sido feita por Rony Lopes da Silva, o “Rony Boy”. Nascido em Bacabal e já tendo cumprido pena em MS, ele tinha bom trânsito entre os diversos grupos do Presídio São Luís. É falante, integra-se com facilidade a grupos diversos, domina bem as técnicas de promoção do terror. É entusiasta das facções carcerárias: estender pano com as siglas CV escritas a san-

gue foi ato que levou sua assinatura. No início da rebelião, queria, em troca do agente ferido, que outro o substituísse como refém. Não sendo possível, queria mais munição. Também não sendo possível, acabou trocando o refém “Dico” por um celular quebrado. Que o aparelho não funcionasse não lhe importava. O que lhe interessava era a afirmação de poder por meio de barganha: “eles fazem o que eu mando”.

Idéia sua ou de quem mais for, o fato é que as “reivindicações” feitas pelos rebelados não passavam de fachada para o morticínio, alon-



... SISTEMA CARCERÁRIO, MAS A DATA ERA IMPREVISÍVEL

gando-lhe as horas. Queriam, por exemplo, celeridade no julgamento de processos. No entanto, a maioria dos mais de 200 presos do anexo era composta de condenados de Justiça, ou seja, de pessoas que já estavam, efetivamente, cumprindo pena. Reclamaram do abasteci-

mento de água. Este, segundo fontes internas do presídio, é mesmo precário. Todavia, há diariamente, ao longo de uma hora e meia, a liberação da água (geralmente pela manhã), a fim de que os presos façam o que necessitarem.

Além disso, também alegaram

haver superlotação das celas. É mentira. No Presídio São Luís, cada cela foi projetada para seis detentos. No momento, a média é de sete detentos por cela, extrapolação do limite irrisória se comparada à de Pedrinhas, onde facilmente chega ao dobro. Que, então, motivou a rebelião? A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDH), entre outros órgãos, cobra apuração. O que fica, no entanto, é uma imagem de brincadeira demoníaca. Como quando Nilson da Silva Sousa, o "Diferente", que falava em nome dos rebelados, rendeu, em 2005, um agente penitenciário na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Imperatriz e derramou álcool sobre seu corpo. Divertia-se com o desespero do homem a cada fósforo que era riscado. Esse foi o espírito do terror que ceifou 18 almas.

* As informações constantes nesta matéria foram as obtidas junto a fonte interna do sistema penitenciário do Maranhão.

LEIA MAIS NA PÁGINA 12

Quando o menor vale mais

Para evitar rebeliões e assegurar a ressocialização, juiz maranhense é coautor do projeto de municipalização do sistema carcerário



SANDRA VIANA

Uma unidade prisional com capacidade máxima de 150 detentos em cada município maranhense. Estas unidades permaneceriam sobre a responsabilidade do estado. Dentre as vantagens, acabaria com o problema de superlotação; desafogaria o Complexo de Pedrinhas; e o detento cumpriria pena perto da família e dos condutores do processo. Todas as unidades ofereciam atividades de ocupação e os presos seriam ressocializados durante todo o período de cumprimento da pena. Quem afirma é o juiz Roberto de Paula, autor de um projeto que sugere a municipalização do sistema carcerário. O projeto, do qual também são autores o juiz José Costa e o advogado Ronald Ribeiro, foi pensado há 12 anos. Mas, há pelo menos cinco o grupo tenta apresentá-lo aos governos como solução para o caos do sistema pri-

sional no Maranhão. Segundo Roberto de Paula, adotando a municipalização, o custo de um detento cairia em 90%.

Tenho certeza que esta é a saída para todos os problemas dos nossos presídios, reafirma o juiz. Ele aponta como maior erro da administração penitenciária a construção de anexos, a exemplo do recém erguido no Presídio São Luís e de onde partiu a rebelião do último domingo. Os anexos, diz ele, contribuem para um maior inchaço do sistema, pois são espaços construídos em área já superlotada. O resultado, avalia, foi o ocorrido com a rebelião, a explosão de violência fruto de rixa entre presos e a precariedade das unidades adjacentes. "Os recursos que o governo investe em unidades prisionais daria para dobrar o quantitativo aplicando na municipalização", observa Roberto de Paula.

O juiz reconhece a falta de recursos, e sugere como preliminar a construção de unidades por comarcas. Ele exemplifica o município de Bacabal, onde é titular da comarca. Lá, uma unidade construída atenderia a este e mais três

municípios - Lago Verde, Bom Lugar e Conceição de Lago Açu. Somando as comarcas culminaria em 108 novas unidades prisionais distribuídas por setores. O passo seguinte seria a contemplação de cada município com sua própria detenção. "Acusaram a proposta de inconstitucional, mas o estado permaneceria como gestor destas detenções, apenas o município abrigaria as construções", explica o juiz.

A municipalização garantirá mais chances de recuperação do preso, uma vez que o controle e a socialização serão facilitados. "Ele estará perto do juiz que o condenou, do padre da região, do seu pastor, do promotor e advogado, da sociedade e o mais importante, de sua família", enumera. Com este acompanhamento, afirma, as chances de reincidir no crime serão menores. Segundo o juiz, 65% dos que cometeram crime querem pagar, mas de forma digna. Pela proposta, o cumprimento da pena incluiria o trabalho durante o dia, atividade de lazer e estudo, para então retornar à noite. Todo o processo seria acompanhado por equipes multidisciplinares. O projeto contempla presos definitivos



O MODELO DE PRESÍDIO CENTRALIZADO EM QUE SE AMONTOAM DETENTOS ORIGINÁRIOS DE TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, E ATÉ DE FORA, É CRITICADO...

e também provisórios.

O impasse, observa, está na política ditada pelo Departamento Penitenciário nacional que os estados são obrigados a cumprir. Segundo ele, deve-se considerar a situação de cada região. Cita como exemplo a Penitenciária de Segurança Máxima Feminina, recente prédio do Complexo de Pedrinhas. A prisão foi construída nos moldes da que existe na região Sul. "Lá é um calor insuportável, pois no Sul o clima é frio, aqui, quente. Então, não se pode seguir certas normas do Departamento", observa o juiz. Ele cita ainda o perfil do preso, em sua maioria são pobres, negros e prostitutas, por isso, segundo ele, não haveria interesse em modificar o sistema.

O projeto também foi acusado de descontentar as comunidades que não desejariam detenções em suas cidades. Mas, o juiz desfaz essa alegação e informa não ser aceita a regionalização. Nesta, as cidades receberiam presos de regiões diversas, e querem se responsáveis apenas pelos seus infratores. Dos presos do estado não soma 15% os considerados de alta periculosidade e 95%

dos detidos retornam ao convívio social. "A sociedade conhece seus presos e querem que estes retornem recuperados", diz Roberto de Paula. No Complexo de Pedrinhas ficariam apenas os altamente nocivos à sociedade, impedindo assim a tão reclamada superlotação. "O que prende o preso não é a força das grades, mas a força moral. Se ele for tratado como gente, trabalhar e estudar durante a pena, volta à sociedade recuperado", avalia. Para o juiz, a corrupção impede que o projeto seja materializado. Ele denuncia que grande parte dos recursos investidos no sistema carcerário do país são desviados para bancar campanhas eleitorais.

Roberto de Paula é juiz e advogado e sempre teve preocupação com a situação precária do sistema prisional no estado. Ao assumir uma comarca, sua primeira atitude é conhecer as delegacias e detenções do local. É preciso que o estado se convença que o preso não deve ser tratado como bicho, mas como homem para que haja dignidade a este preso e segurança à sociedade, pontua o juiz.

Em recente palestra da qual participou em Brasília, o projeto esteve na pauta como objeto da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 460, de autoria do deputado federal Domingos Dutra. "Acredito que com o empenho dos deputados possamos pensar na adoção dessa proposta a curto prazo", confia o juiz.

O governo gasta mensalmente a média de R\$ 40 mil por mês, para manter um detento, segundo Roberto de Paula. O último presídio construído no país, com capacidade para 208 presos, custou R\$ 32 milhões. A cifra anual gasta com um preso chega a R\$ 153 mil. Com esses valores aplicados na municipalização os gastos diminuiriam em 38%. O sistema defendido por ele abriria mais 40 mil vagas no sistema. Por outro lado, a partir de ações aliadas ao cumprimento de pena, diminuiria gradativamente a população de presos. Hoje, o Brasil administra um sistema com 460 mil detentos. Destes, 90% são de baixa periculosidade e, portanto, têm chances de reabilitar-se.



PELO JUIZ ROBERTO DE PAULA, QUE PROPÕE NOVO MODELO

Projeto parte de estudos comparativos

O projeto de municipalização do sistema carcerário pretende reformular o sistema penitenciário do país. Para sua elaboração foram realizados estudos comparativos do sistema no Maranhão e estados do Sul do país. Foi constatado, entre outros, que o sistema atual é construído para abrigar entre 500 a mil presos. Isso causaria a superlotação e possibilitaria a proliferação de facções criminosas. A solução seriam

prisões com capacidade máxima de 150 presos e o cumprimento da pena na região do delito. Isso aliado a medidas de ressocialização. “O projeto respeita a Lei de Execuções Penais e representa economia aos cofres públicos. Somado a isso, há a real garantia de recuperação desse preso”, afirma Roberto de Paula.

A proposta de emenda constitucional 460 foi encaminhada à Câmara Federal dos Deputados e à

Comissão de Segurança e Combate do Crime Organizado. A municipalização vem ser discutida após a rebelião do último domingo que findou com 18 mortos, sendo quatro decapitados. A mais violenta rebelião do estado que escancarou a deficiência do poder público na ressocialização e tratamento ao preso. A rebelião aconteceu no anexo do Presídio São Luís, Complexo de Pedrinhas.

*****O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, deu posse à juíza de direito Marcelle Adriane Farias Silva, titular da Comarca de Paulo Ramos de entrância inicial, promovida para a 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, de entrância intermediária. A juíza deixou a comarca de Paulo Ramos, com a tramitação de cerca de 800 processos, sanada.**

Por unanimidade, os desembargadores do Tribunal de Justiça negaram a anulação do processo e a consequente exoneração dos ex-policiais militares acusados do seqüestro, morte e ocultação de cadáver do estudante Ivanildo Barbosa Júnior, de 19 anos, crime de encomenda que entristeceu a progressista cidade de Imperatriz em 2008. Justiça.

❖❖ Lembra aquele empresário acusado pelo Ministério Público de ser o mandante dos três atentados a bala contra sua 'ex-cara-metade', em 2009????!!! Pois é..., compareceu na marra ao Forum de São Luís, anteontem, para prestar depoimento na 8ª Vara Criminal!!! A audiência, iniciada às 9h30, terminou às 15h30, ficando marcada a próxima para terça-feira!!! A situação tá 'feia' pra cima dele!!! Além da acusação de autoria intelectual dos crimes, o empresário é acusado de estar contratando um policial para executar o autor dos atentados, como 'queima de arquivo'!!! Vixi, Maria!!! O MP fundamenta suas acusações baseado nas gravações de interceptações telefônicas e no depoimento dos policiais envolvidos!!! Nas gravações, o empresário 'aparece' conversando descontraidamente com o policial, ordenando o 'serviço' e acertando o pagamento!!! É, mas não foi fácil ouvir o acusado!!! Ele tentou 'fugir' da audiência alegando que estava viajando, enquanto os causídicos que o defendem diziam que não sabiam da audiência, publicada no diário oficial da Justiça!!! Só que o juiz não cedeu e fez pressão para que eles dessem conta do acusado e o levassem ao fórum, sob pena de ser preso!!! Foi então que em 15 minutos o 'cabra' apareceu com dois causídicos e um segurança a tiracolo!!! É, meu amigo, o cerco tá se fechando!!! Pense num 'cabra' 'encercado'!!!

*****Agentes da Polícia Interestadual, em cumprimento a um mandado de prisão expedido pelo Juiz Maciel Oliveira, da 2ª Vara Criminal de São Luís, prenderam Georgina Garcêz Braga, 49 anos, natural de Bacabal. Ex-funcionária do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA), ela é acusada de falsificar documentos e desviar verbas públicas, cometer fraudes e a prática de outros atos ilícitos.**